

Comunicado de Imprensa

Cortes na Ajuda ao Desenvolvimento: Portugal e a UE afastam-se dos compromissos internacionais

Lisboa, 9 de abril de 2026 – [Os dados preliminares da Ajuda Pública ao Desenvolvimento \(APD\) relativos a 2025, hoje divulgados pela OCDE](#), confirmam uma tendência preocupante: pelo terceiro ano consecutivo, os Estados-Membros da União Europeia reduziram os seus gastos com a Ajuda. Em 2025, 17 países da UE, incluindo Portugal, cortaram a sua APD, resultando numa queda de 9,9% nas contribuições dos Estados-Membros face a 2024. Os países do G7 contribuíram com 69,2%, tendo este valor ficado abaixo dos 70% pela primeira vez em 10 anos.

Estes cortes não são meramente orçamentais. Têm consequências diretas e concretas na vida de milhões de pessoas: menos recursos para a saúde, a educação e a proteção social; menor capacidade de resposta ao agravamento das desigualdades; e oportunidades de vida comprometidas, com impacto desproporcionado nos Países Menos Avançados (PMA).

Os dados de hoje revelam também uma quebra de 13,8% na APD das instituições europeias. Num momento em que as desigualdades se aprofundam à escala global, a União Europeia enfraquece precisamente o instrumento que deveria reforçar: a cooperação internacional para o desenvolvimento, orientada para a redução da pobreza e das desigualdades.

Portugal acompanhou também esta tendência. A APD portuguesa desceu de 0,22% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) em 2024 para 0,18% em 2025, uma redução de 19,3%, resultante de um corte transversal no programa nacional de Ajuda, incluindo ajuda bilateral e multilateral.

Este recuo afasta Portugal ainda mais da meta internacional de 0,7% do RNB consagrada desde 1970 – um compromisso que o país nunca chegou a cumprir e que, com esta trajetória, está agora mais longe de alcançar.

Os cortes na APD são decisões com impacto real e profundo na vida de milhões de pessoas. A Plataforma Portuguesa das ONGD apela, por isso, a uma inversão urgente desta trajetória e a um compromisso político concreto para aumentar progressivamente o investimento na Ajuda Pública ao Desenvolvimento, com o objetivo de alcançar a meta dos 0,7% do RNB.

Além do aumento dos valores, é fundamental garantir uma APD previsível, de qualidade e ancorada nos direitos humanos, capaz de responder aos desafios globais e de contribuir, de forma efetiva, para a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e a construção de sociedades mais resilientes e sustentáveis.

Para mais informações, contactar:

Mafalda Infante

mafalda.infante@plataformaongd.pt

914 681 799